

Boletim do CNE de 23/02: Nota sobre a MP 1031/21

Compartilhamos abaixo o Boletim do Coletivo Nacional dos Eletricistas – CNE sobre a Medida Provisória 1031/21 que propõe a privatização da Eletrobrás. Para a versão em pdf clique [aqui](#).



Brasília-DF 23 de Fevereiro de 2021

NOTA DO CNE SOBRE A MP 1031/21 DE PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

O Coletivo Nacional dos Eletricistas vem a público manifestar repúdio e indignação com a apresentação na data de hoje da MEDIDA PROVISÓRIA 1031/21 pelo governo federal que trata da privatização da Eletrobrás.

A Medida Provisória 1031/21, remonta outras iniciativas legislativas recentes de tentativa de privatização da Eletrobrás. Todas estas tentativas caíram por terra por alguns motivos que elencaremos a seguir.

A privatização da Eletrobrás pressupõe da condição de descolização de 15 usinas hidrelétricas que vendem energia bem mais barata que o Mercado Livre. Se essas usinas vendem o MWH entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00, o Mercado Livre vende seu MWH por R\$ 200,00 a R\$ 800,00. Isto posto, a ANEEL aponta que uma privatização da Eletrobrás pode elevar a conta de luz em até 16,7 num primeiro momento. Elevando o custo da indústria, das famílias e de toda a cadeia de produção da economia por R\$ 460 bilhões em 30 anos.

As recentes privatizações de distribuidoras de energia elétrica no Brasil tiveram sempre dois efeitos colaterais preponderantes: tarifaço e apagão. As populações dos estados de Goiás, Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Piauí e Alagoas penam com o descaso na prestação de serviço privatizado.

Ainda sobre apagões, como não lembrar do recente episódio sombrio no Amapá. Quando uma transmissora de energia privada deixou a maior parte do estado sem luz por 20 dias.

A privatização da Eletrobrás é ainda um risco iminente para o meio ambiente. A Eletrobrás tem 47 barragens hídricas, algumas delas sexagenárias e por respon-

sabilidade de Estado e expertise em engenharia segurança de barragens, nunca tivemos sequer a ameaça de episódios degradantes como nas privatizadas barragens de rejeito de Brumadinho e Mariana (MG).

A expectativa do governo é que pela entrega da Eletrobrás a União arrecade R\$ 16 bilhões em bônus de outorga. Aqueles que justificam a privatização para efeito fiscal ou social deveriam saber que a dívida pública ronda os R\$ 6 trilhões e que apenas um mês de auxílio emergencial digno de R\$ 600,00 custa aos cofres públicos R\$ 50 bilhões, ou seja três privatizações da Eletrobrás.

Por tudo isso, o engodo no texto da Medida Provisória 1031/21 é um grande absurdo. A Eletrobrás é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, responsável por 30 % da geração e 50% da transmissão de energia das brasileiras e dos brasileiros. É lucrativa, teve superávit de mais de R\$ 30 bilhões nos últimos 3 anos. Nos últimos 20 anos, distribuiu mais de R\$ 20 bilhões para União como dividendos.

Se este governo pensasse como Estado, entenderia que a Eletrobrás, com baixo endividamento e forte fluxo de caixa, está pronta para investir em obras estruturantes aumentando a capacidade brasileira de geração e transmissão de energia de qualidade e gerando empregos para recuperar a nossa economia desta crise sem precedentes.

Conclamamos o povo brasileiro, bem como todas entidades que lutam por justiça e igualdade social para que se unam a nós nesta luta pelo Brasil em defesa da Eletrobrás pública e como fonte de energia elétrica acessível para a vida dos brasileiros e brasileiras.



Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 24 de fevereiro de 2021.
Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

